



T0271040N

PREFEITURA DE SÃO BENTO DO SUL
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 005/2019
NÍVEL SUPERIOR - TARDE

ADVOGADO

Nome do Candidato _____

Inscrição _____

Composição do Caderno

Língua Portuguesa	01 a 05
Raciocínio Lógico e Matemático	06 a 10
Informática Básica	11 a 12
Conhecimentos Gerais e Atualidades	13 a 15
Conhecimentos Específicos	16 a 30

Instruções

1. Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição na Folha de Respostas. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração. Preencha os campos destinados à assinatura e ao número de inscrição. Qualquer divergência, comunique ao fiscal.
2. O único documento válido para avaliação é a Folha de Respostas. Só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta para o preenchimento da Folha de Respostas, que deve ser preenchida da seguinte maneira: ●
3. O prazo de realização da prova é de 3 (três) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas. Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar o Caderno de Questões e nenhum tipo de anotação de suas respostas.
4. Ao término de sua prova, comunique ao fiscal, devolvendo-lhe a Folha de Respostas devidamente preenchida e assinada. O candidato poderá levar consigo o Caderno de Questões somente se aguardar em sala até o término do prazo de realização da prova estabelecido em edital.
5. Os 3 (três) últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos, após assinatura do Termo de Fechamento do envelope de retorno.
6. As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do Instituto AOCP - www.institutoaocp.org.br, no dia posterior à aplicação da prova.
7. O NÃO cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno ou na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.



Fraudar ou tentar fraudar Concursos Públicos é Crime!

Previsto no art. 311 - A do Código Penal

Ser de casa

Yuri Al'Hanati

O processo de mudar de cidade se completa quando a urgência de visitar um lugar novo que abriu se impõe sobre o desejo de aclimatação. Até então o que há é um estranhamento cotidiano que pede reconhecimento para se desestranhar. Caminhar por um bairro novo ao qual de repente se precisa ir – para uma consulta médica ou outra frivolidade qualquer – é uma novidade ao qual o migrante está acostumado. O oximoro parece inadequado, mas o migrante o reconhece. Ter, a cada dia na nova urbe, algo diferente a se explorar é um fato que descamba para a banalidade antes que se perceba. Ainda assim, continua-se um explorador da própria terra, na esperança de que possa chamá-la de própria terra o quanto antes.

Alguém que se mude para uma cidade nova precisará, necessariamente e em primeiro lugar, encontrar âncoras em ruas desconhecidas. Lugares de conveniência e refúgio da estranheza, úteis tanto para fixar a geografia quanto para não ser soterrado pela indiferença do espaço. Um bar, um banco, um mercado, uma farmácia, alguns comércios benfazejos à manutenção da rotina, por mais aquebrantada que se encontre, enfim. Em tais âncoras a vida nativa começa a se desenvolver, em seu gérmen, no interior do migrante. É lá em que ele descobre idiossincrasias locais, estabelece relações comerciais duradouras, esboça suas primeiras conversas fiadas e registra, para os locais, sua estrangeirice. Afixa sua biografia parcial para o improvisado parceiro de cerveja, confessa suas necessidades aos atendentes da farmácia, passa itens domésticos básicos pelos caixas do mercado, enfim, diz ao mundo sobre de onde veio e para onde vai. Arruma alguns amigos, experimenta os mesmos caminhos em direção às mesmas instituições e enfim, sente-se aclimatado. Ainda não.

É quando, portanto, parte para a situação descrita no começo do texto que a operação o acomete. Agora não é mais a cidade que o examina, partícula invasora da mesmice, mas o contrário. A novidade deixa de ser um enfrentamento diário e passa a ser um acontecimento a ser celebrado, um fenômeno buscado voluntariamente por quem já superou a repetição das gentes, a rigidez do

mapa e agora precisa de mais. Tem tempo de urbe o suficiente, inclusive, para experimentar um lugar novo como uma novidade de fato, e não apenas como mais um dos tantos ainda não visitados. Vivencia o novo de forma coletiva, junto aos nativos e, ao examinar em vez de ser examinado, se torna, ele também, um nativo. Ao fim, eis o que o torna uno com o todo: o tédio que exige notícia, a avaliação que o torna parte do conclave tácito de cidadãos.

Disponível em: <<http://www.aescotilha.com.br/cronicas/yuri-al-hanati/ser-de-casa/>>. Acesso em: 16 jul. 2019.

1. De acordo com as ideias apresentadas no texto, assinale a alternativa correta.

- (A) Quando se muda para uma nova cidade, tudo é tão desconhecido que se torna impossível imaginar que um dia se pertencerá àquele lugar.
- (B) Quando se escolhe lugares para frequentar sempre, é possível criar amizades e, assim, o novo local deixa de ser uma terra de aventuras.
- (C) Mesmo não sendo esperado pelo recente morador, conhecer algo novo a cada dia é um passo importante para se adaptar à cidade atual.
- (D) Conhecer algo novo na cidade quando necessário é algo comum para quem se muda.

2. Assinale a alternativa que apresenta o significado do termo destacado no trecho “Caminhar por um bairro novo ao qual de repente se precisa ir – para uma consulta médica ou outra frivolidade qualquer – é uma novidade ao qual o migrante está acostumado.”.

- (A) Algo de grande importância que surge de surpresa.
- (B) Algo fútil.
- (C) Algo que se faz todos os dias, com regularidade.
- (D) Algo com valor afetivo.

3. A palavra em destaque no trecho “Arruma alguns amigos, experimenta os mesmos caminhos em direção às mesmas instituições e enfim, sente-se aclimatado.” configura uma circunstância de

- (A) finalidade.
- (B) concessão.
- (C) conclusão.
- (D) explicação.

4. Considerando os verbos destacados nos trechos a seguir, assinale a alternativa correta.

- (A) Em “O oximoro **parece** inadequado [...]”, o verbo é de ligação, pois une o sujeito a uma característica dele.
- (B) Em “Em tais âncoras a vida nativa **começa** a se desenvolver [...]”, o verbo é transitivo direto, visto que o seu complemento não é precedido por uma preposição.
- (C) Em “[...] **confessa** suas necessidades aos atendentes da farmácia [...]”, o verbo é intransitivo, uma vez que não apresenta um complemento.
- (D) Em “O processo de mudar de cidade se **completa** quando a urgência de visitar um lugar novo que abriu se impõe sobre o desejo de aclimação.”, o verbo é de ligação, já que liga o sujeito a uma qualidade passageira dele.

5. Em relação às classes de palavras e aos sentidos apresentados no texto, assinale a alternativa correta.

- (A) Em “**Alguém** que se muda para uma cidade nova precisará, necessariamente e em primeiro lugar, encontrar âncoras em ruas desconhecidas.”, o termo em destaque é um advérbio que acrescenta uma circunstância de dúvida.
- (B) Em “[...] esboça suas primeiras conversas fiadas e registra, para os locais, sua **estrangeirice**.”, o termo em destaque é um adjetivo, pois caracteriza o que é estrangeiro.
- (C) Em “Lugares de conveniência e refúgio da **estranheza**, úteis tanto para fixar a geografia quanto para não ser soterrado pela indiferença do espaço.”, o termo destacado é um adjetivo, que dá característica àquilo que não é comum.
- (D) Em “Ao fim, **eis** o que o torna uno com o todo: o tédio que exige notícia [...]”, o termo em destaque é um advérbio e poderia ser substituído por “aqui está” sem alterar o sentido da frase.

Raciocínio Lógico e Matemático

6. João leu um livro em 4 dias. No 1º dia, leu 30% do total de páginas do livro. No 2º dia, ele leu 40% do que ficou faltando após o 1º dia. No 3º dia, João leu 60% do que faltava após o 2º dia. No 4º dia, ele leu o restante. Em qual dia João leu o maior número de páginas?

- (A) 1º dia.
(B) 2º dia.
(C) 3º dia.
(D) 4º dia.

7. Uma entrevista foi realizada com um grupo de funcionários públicos de um determinado departamento da prefeitura, a fim de saber em qual(is) dos feriados (Natal e Ano novo) eles trabalharam no último ano. O resultado foi o seguinte:

	Número de funcionários
Trabalharam no Natal	75
Trabalharam no Ano novo	36
Trabalharam nos dois feriados	15
Não trabalharam nesses dois feriados	21

Com base nessas informações, quantos funcionários participaram dessa pesquisa?

- (A) 147.
(B) 137.
(C) 127.
(D) 117.

8. Considere a seguinte proposição: “José é funcionário público ou Maria é empresária do ramo de roupas”. Assinale a alternativa que apresenta uma equivalência lógica a essa proposição.

- (A) “Se Maria é empresária do ramo de roupas, então José é funcionário público.”
- (B) “José não é funcionário público e Maria não é empresária do ramo de roupas.”
- (C) “José é funcionário público e Maria é empresária do ramo de roupas.”
- (D) “José é funcionário público e Maria não é empresária do ramo de roupas.”

9. Na matemática, a sequência numérica ou sucessão numérica corresponde a uma função dentro de um agrupamento de números. De tal modo, os elementos agrupados em uma sequência numérica seguem uma sucessão, ou seja, uma ordem no conjunto. Usando a implicação lógica e os seus conhecimentos sobre sequência, qual é o número que continua, corretamente, a sequência: 0, 4, 18, 48, ...?

- (A) 68
- (B) 125
- (C) 100
- (D) 88

10. Considere as seguintes proposições:

P₁: “Todos os Tupis são Guaranis”.

P₂: “Alguns Tupis são Guaiapós”.

Sabendo que ambas são verdadeiras, é possível concluir que

- (A) todos os Guaranis são Guaiapós.
- (B) alguns Guaranis são Guaiapós.
- (C) todos os Tupis são Guaiapós.
- (D) nenhum Guarani pode ser um Guaiapó.

11. Sobre o Windows 10, é correto afirmar que

- (A) o recurso para a realização de backups dos arquivos do computador está disponível somente para usuários do serviço de armazenamento em nuvem da Microsoft, o OneDrive.
- (B) é possível utilizar aplicativos para compartilhar arquivos e fotos diretamente de Explorador de Arquivos, através da guia “Compartilhar”.
- (C) o Menu Iniciar foi retirado da barra de tarefas.
- (D) o Hello é o recurso responsável por realizar logon por reconhecimento de voz.

12. No processador de texto Word, do pacote Microsoft Office versão 2016 (idioma PT-BR), é possível realizar diversas ações utilizando atalhos. Referente a esses atalhos, relacione as colunas e assinale a alternativa com a sequência correta.

1. CTRL+A
2. CTRL+ENTER
3. CTRL+X

- () Recorta o texto selecionado.
- () Inicia uma nova página em um mesmo documento.
- () Abre um arquivo já existente.

- (A) 1 – 2 – 3.
- (B) 1 – 3 – 2.
- (C) 3 – 2 – 1.
- (D) 2 – 3 – 1.

Conhecimentos Gerais e Atualidades

- 13. A Região de Influência das Cidades – REGIC – objetiva estudar a rede urbana brasileira, assim como construir um quadro nacional, apontando as permanências e as modificações registradas nessa rede. Levando em consideração o seguinte quadro, que retrata parte do REGIC e relações com a rede urbana, assinale a alternativa correta.**

Matriz das regiões de influência – Região de influência de Curitiba – (IBGE 2007)

Metrópole regional	Capital regional B	Centro de Zona A	Centro local
Curitiba	Florianópolis	São Bento do Sul	Piên
			Campo Alegre
			Rio Negrinho

Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/PZEE/_arquivos/regic_28.pdf>. Acesso em: jul. 2019.

- (A) Pelos dados representados, Curitiba tem maior área de influência do que Florianópolis.
- (B) Não há uma hierarquia entre as cidades, pois cada uma aparece na sua fase de evolução de influência.
- (C) Esse processo de influência das cidades é estático, não havendo possibilidade de mudanças das cidades de um nível para outro de influência.
- (D) A oferta de bens e serviços de Curitiba para Florianópolis não difere. O que muda é apenas o número populacional.

- 14. 50 anos depois, a chegada do homem à Lua apaixonou. No dia 20 de julho de 2019, fez meio século que o homem pisou na Lua. Pelo menos $\frac{1}{4}$ da população mundial acompanhou a missão Apolo 11 pelas imagens em preto e branco apresentadas na televisão. Além da disputa política entre Estados Unidos e da extinta União Soviética, de 1961 a 1972, as viagens espaciais mudaram a vida da humanidade segundo os cientistas.**

Adaptado de: <<https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2019/07/50-anos-depois-chegada-do-homem-a-lua-ainda-apaixona.shtml>>. Acesso em: jul. 2019.

Sobre o tema e fatores relacionados a ele, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. A chegada do homem à Lua tem um contexto geopolítico envolvendo especialmente os Estados Unidos, que defendiam a economia de mercado, e a União Soviética, que colocou em prática a economia planificada.
- II. O período da corrida espacial, a exemplo da ida do homem à Lua, refletiu a Guerra Fria e trouxe grandes avanços tecnológicos para o mundo.
- III. A criação do GPS e dos computadores tem ligação direta com a chegada do homem à Lua.
- IV. As informações do contexto do enunciado demonstram que muitas transformações ocorreram no mundo desde que o homem pisou pela primeira vez na Lua.

- (A) Apenas I, III e IV.
- (B) Apenas I, II e III.
- (C) Apenas I, II e IV.
- (D) I, II, III e IV.

15. A Geografia tem como objeto de estudo o espaço geográfico, ou seja, a natureza transformada pelo homem de acordo com as suas “necessidades”. Dentro desse contexto, sobre os aspectos geográficos de São Bento do Sul, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A cidade está mais próxima da capital do estado do Paraná do que de Florianópolis.
- (B) O Rio Negro é um afluente do Rio São Bento que atravessa a parte Central do município de São Bento do Sul.
- (C) A cidade se localiza na região Sul do Brasil, mas se encontra na porção norte de Santa Catarina.
- (D) Uma das mais conceituadas indústrias moveleiras do Brasil, a Rudinik, tem sua sede principal em São Bento do Sul.

Conhecimentos Específicos

16. O ordenamento jurídico, segundo Bobbio (2011, p. 43), constitui um "complexo orgânico de normas". As leis são promulgadas, passam a ter vigência e deixam, em algum momento, de vigorar. Ainda, quando verificada uma lacuna normativa, cabe ao intérprete aplicar as fontes supletivas de normas conforme as metodologias de integração normativa para preencher essa lacuna. Sobre a aplicação temporal e integração das normas, assinale a alternativa correta.

- (A) O ordenamento jurídico brasileiro admite a restauração de uma lei revogada em razão da revogação de sua lei revogadora.
- (B) A revogação de uma lei somente pode ser total, não se admitindo a revogação parcial.
- (C) No direito brasileiro, não se admite a revogação tácita de leis, sendo necessário que a lei nova, expressamente, revogue uma lei anterior.
- (D) No método analógico de integração normativa, o magistrado aplicará ao caso concreto a norma jurídica prevista para situação semelhante, dada a identidade de razões ou de finalidade.

17. João tem 16 anos e depende exclusivamente do dinheiro de seus pais. No dia 10 de junho de 2018, ele comprou, em uma loja especializada, um videogame de última geração pelo preço de R\$ 4.500,00 que deveriam ser pagos em uma única parcela com vencimento de 30 dias após a data da compra. À loja, João declarou sua real idade ao preencher o cadastro. Ocorre que ele não quitou o boleto, razão pela qual a loja pretende cobrar a referida dívida. Com base nessas informações, assinale a alternativa correta.

- (A) O negócio jurídico é nulo, sendo de quatro anos o prazo decadencial para postular a declaração de nulidade, contados da data do inadimplemento.
- (B) Mesmo que João houvesse declarado à loja ter mais de 18 anos de idade, ainda assim o fato de ter 16 anos seria razão suficiente para invalidar o negócio jurídico.
- (C) No caso, João é relativamente incapaz em razão da idade, de forma que o negócio jurídico anulável poderá ser confirmado caso seus pais o ratifiquem, ainda que posteriormente.
- (D) O prazo para pleitear a anulação do negócio jurídico tem natureza prescricional.

18. Acerca das alterações e inovações inseridas pelo Código de Processo Civil promulgado em 2015 (Lei nº 13.105/2015), assinale a alternativa correta.

- (A) A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça construiu entendimento de que o rol do art. 1.015 do CPC/15 pode ter sua taxatividade mitigada, permitindo-se a interposição de agravo de instrumento em face de decisão interlocutória quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação.
- (B) O Código de Processo Civil vigente extinguiu a necessidade de reversibilidade da medida como requisito para concessão da tutela de urgência de natureza antecipada.
- (C) É possível que a sentença em processo individual condene, de ofício, a parte ré a pagar indenização por danos sociais em favor de terceiro estranho à lide, não configurando julgamento *extra petita*.
- (D) Não se admite decisão acerca de pedido de tutela de evidência sem a oitiva da parte contrária, sob pena de violação ao princípio do contraditório.

19. Rubens está sofrendo uma execução movida por Paulo em seu desfavor com base em uma duplicata mercantil vencida em 10 de maio de 2019 emitida em razão da compra e venda de um veículo no valor de R\$ 30.000,00. Rubens inadimpliu com sua obrigação em razão de que o carro pereceu em um acidente, restando em seu patrimônio apenas a casa onde reside, avaliada em R\$ 100.000,00, e um terreno, avaliado em R\$ 50.000,00. O exequente requereu a averbação da execução na matrícula do terreno, o que foi deferido pelo Juízo e realizado. Com base nesses fatos, assinale a alternativa correta.

- (A) A duplicata mercantil não é instrumento hábil a instrumentalizar execução para cobrança de crédito.
- (B) A alienação do terreno caracteriza fraude à execução, de forma que a alienação é ineficaz em relação ao exequente.
- (C) Tendo em vista que ainda restará ao Executado sua casa, cujo valor é suficiente a garantir a execução, pode o devedor alienar o terreno, sem que se caracterize a fraude à execução.
- (D) A mera instituição de hipoteca em favor de terceiros, que não o Exequente, não caracteriza fraude à execução, visto não ocorrer transferência de propriedade do bem.

20. A respeito da tutela constitucional das liberdades e dos remédios jurídicos adequados, assinale a alternativa correta.

- (A) O Superior Tribunal de Justiça não tem competência para processar e julgar, originariamente, mandado de segurança contra ato de outros Tribunais ou dos respectivos órgãos.
- (B) O mandado de segurança só se admite em caráter repressivo. Não é possível o manejo de mandado de segurança com caráter preventivo.
- (C) A legitimação passiva é para requerer a segurança somente do titular do direito violado ou sob ameaça de violação, não se estendendo, em hipótese alguma, a terceiros a legitimidade para requerê-la.
- (D) A competência originária para processar e julgar Mandado de Segurança impetrado contra qualquer ato ou omissão de Tribunal Judiciário é do Supremo Tribunal Federal, visto que os Tribunais não podem processar e julgar os mandados de segurança impetrados contra seus atos e omissões.

21. A Constituição Federal prevê, em seu art. 30 as competências legislativas municipais. Com base nessa disposição e na repartição de competências na República Federativa do Brasil, assinale a alternativa correta.

- (A) É atribuição da União, exclusivamente, garantir o fornecimento de medicamentos à população de baixa renda.
- (B) Para cumprimento do princípio da moralidade na administração pública, basta que o administrador cumpra estritamente a legalidade.
- (C) Interesses locais são aqueles que dizem respeito mais diretamente às necessidades do município, ainda que reflitam, indiretamente, em outros interesses regionais e nacionais. Exemplo disso é o horário de funcionamento do comércio local, que pode ser regulado com base no inciso I do art. 30 da CF/88.
- (D) A desburocratização dos serviços públicos não está diretamente ligada ao princípio da eficiência da administração.

22. "A ideia de controle de constitucionalidade está ligada à Supremacia da Constituição sobre todo o ordenamento jurídico e, também, à de rigidez constitucional e proteção dos direitos fundamentais" (MORAES, 2011, p. 729). Sobre o controle de constitucionalidade no Brasil, assinale a alternativa correta.

- (A) O Brasil adotou, na Constituição Federal de 1988, o sistema kelseniano de controle de constitucionalidade, de forma que a adequação formal das normas à constituição é apreciada em abstrato por um órgão jurisdicional de grau superior destinado exclusivamente a este fim, sendo vedado o controle constitucional por outros integrantes da jurisdição.
- (B) A decisão do Juiz ou Tribunal, em sede de ação civil pública cujo objeto único da demanda é a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, produz efeitos *erga omnes*, dado o caráter coletivo do remédio jurídico eleito, o que não representa usurpação de competência do Supremo Tribunal Federal.
- (C) É admitido pelo Supremo Tribunal Federal o controle de constitucionalidade durante o processo legislativo, especialmente em relação à fiel observância das normas constitucionais do referido processo legislativo.
- (D) É impossível a realização de controle concentrado de constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal sobre leis ou atos normativos municipais.

23. A respeito da efetividade dos direitos sociais, assinale a alternativa correta.

- (A) Os direitos sociais previstos na Constituição Federal estão todos inseridos em normas programáticas, de forma que não se vislumbra, segundo os postulados hermenêuticos contemporâneos, a possibilidade de aplicação imediata dessas normas.
- (B) Ao judiciário, é possível atuar diretamente para a garantia de direitos sociais diante da omissão do Poder Público em fazê-lo, como quando determina o fornecimento de medicamentos à população de baixa renda.
- (C) O Poder Público não tem obrigação de proporcionar aos cidadãos acesso ao lazer.

- (D) O direito à segurança no emprego previsto no art. 6º da Constituição Federal é garantido plenamente no ordenamento jurídico brasileiro, de forma que não pode um empregador romper, sem motivo, o contrato de trabalho.

24. Márcio, menor impúbere, pratica violência psicológica sistemática contra Bruno na escola em que estudam, expondo-o a ridículo frente aos outros alunos, inclusive durante as aulas do ensino fundamental, na presença dos professores. Em razão das repetidas ofensas, Bruno deixa de comparecer à escola, dizendo aos pais que não deseja mais frequentar a instituição de ensino, sendo diagnosticado um quadro depressivo no menor. Inconformados com a situação, os pais de Bruno procuram orientação jurídica questionando sobre as responsabilidades quanto ao caso. Com base no caso exposto, assinale a alternativa correta.

- (A) O Estado, nesse caso, não tem dever de garantir a lisura da conduta dos demais alunos, de forma que, sendo a educação obrigatoriedade da família, somente os pais de Márcio responderam pela conduta de seu filho.
- (B) O Estado só responderá caso caracterize-se a negligência dos servidores públicos com relação aos fatos.
- (C) O Poder Público, ao receber um estudante em estabelecimento da rede oficial de ensino, assume um compromisso para com sua integridade física e psicológica, e o Estado responderá independentemente de culpa pelos danos causados a Bruno, em razão da teoria do risco administrativo.
- (D) Por ser um ato praticado por menor impúbere, nenhuma consequência dele advém, em razão da falta de capacidade de direito.

25. Lucas prestou serviços de arquitetura no mês de agosto de 2009 na cidade de Londrina – PR, onde mantinha escritório. Logo após, em setembro, foi aprovado em um concurso para fiscal da Receita Federal e deixou de trabalhar naquele ramo. Ele não declarou ao fisco municipal os serviços prestados. Em julho de 2016, procura a Prefeitura de Londrina, onde denuncia a existência do serviço

prestado sem o respectivo recolhimento tributário e pactua parcelamento da dívida. Com base nessas informações, assinale a alternativa correta.

- (A) Nesse caso, o parcelamento não constitui reavivamento do crédito tributário, uma vez que a decadência, hipótese de extinção do crédito tributário já havia se consumado em janeiro de 2015, ao término do prazo quinquenal da autoridade fiscal para lançamento do tributo contado do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
- (B) O crédito tributário não estava extinto, tendo em vista que, tratando-se de tributo sujeito a lançamento por homologação, o termo *a quo* do prazo prescricional é a data da ciência do fisco da hipótese de incidência tributária, o que se deu com a denúncia espontânea para o parcelamento.
- (C) O crédito tributário poderia ser suspenso pela moratória, a qual poderia ser concedida em caráter individual, por despacho da autoridade administrativa, ainda que sem respaldo em lei genérica anterior.
- (D) Uma vez que Lucas denunciou espontaneamente a existência de tributo não recolhido, o crédito tributário é constituído através do parcelamento, a partir do qual passa a ser exigível.

26. Pedro recebe mensalmente R\$ 1.200,00 de salário na função de soldador, tendo sido contratado em janeiro de 2019. Além disso, seu empregador lhe paga R\$ 300,00 de prêmio assiduidade caso Pedro não falte injustificadamente ao trabalho durante o mês. Ainda, ele recebe R\$ 50,00 de ajuda de custo todo mês em razão de deslocamentos que faz com sua moto para entregar peças a clientes. Com base nos dispositivos que regulamentam a remuneração no Direito do Trabalho em vigor e os reflexos desta nos recolhimentos fundiários, assinale a alternativa correta.

- (A) Incidirá FGTS sobre todas as verbas recebidas por Pedro, já que, uma vez habituais, integram sua remuneração para todos os fins.
- (B) O FGTS será calculado apenas sobre o salário de Pedro. Os valores recebidos a título de prêmio e ajuda de custo, ainda que habituais, não integram a remuneração e não compõem a base de cálculo do desconto do FGTS.

(C) Segundo a legislação trabalhista vigente, o prêmio e a ajuda de custo não integram a remuneração para fins de cálculo do FGTS, mas sobre essas verbas incidirão encargos previdenciários.

(D) O prêmio tem natureza salarial, pois está vinculado diretamente à prestação de serviços pelo trabalhador e sobre ele incidirá o FGTS. Já a ajuda de custo é de natureza indenizatória, visto que busca custear os gastos de manutenção que Pedro tem com sua moto, logo não incide sobre essa verba o FGTS.

27. Os agentes de saúde estatutários de uma cidade entraram em greve no dia 01 de junho de 2019, paralisando totalmente o funcionamento das unidades básicas de saúde nesse município, após comunicação formal à Administração Pública três dias antes. Houve tentativa de negociação prévia, contudo não foi convocada assembleia para ratificação da parada coletiva. Os grevistas protestam contra a não concessão de vale-alimentação prometido pelo Prefeito eleito em campanha. Diante dessas informações, assinale a alternativa correta.

(A) A greve é legal, tendo em vista o não cumprimento de promessa de campanha pelo Prefeito eleito, o que é motivo justo à paralisação total dos serviços.

(B) Caso a greve seja julgada legal, os dias em que os grevistas permaneceram parados não podem ser descontados pela Administração Pública municipal.

(C) A greve é ilegal, visto que a saúde é serviço essencial e não houve indicação do percentual mínimo de servidores que continuariam prestando serviços à população durante o período de greve, bem como não foi convocada assembleia geral deliberativa da paralisação coletiva.

(D) Não se pode impedir que servidores grevistas se coloquem nas portas das unidades básicas de saúde para persuadir servidores dissidentes a aderirem ao movimento grevista.

28. A Prefeitura de Jacarandá do Norte – MS realizou contratação direta de uma floricultura de renome de Campo Grande para realizar a decoração do Paço Municipal nos dias festivos e em eventos oficiais, em razão de que, no Brasil, somente esse estabelecimento fornece um tipo de folhagem especial que agrada ao Prefeito. O valor do contrato era de R\$ 50.000,00. Alegou o Prefeito que a licitação era dispensável em razão do previsto no art. 25, I, da Lei nº 8.666/1993, que alega ser "inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo [...]". Procurada, a empresa contrata com o Poder Público e efetivamente fornece as flores e arranjos contratados. Com base nessas informações, assinale a alternativa correta.

- (A) Uma vez nula a contratação direta pela ausência de licitação, em estando de boa-fé a floricultura, esta será indenizada pelos serviços que efetivamente prestou, com exceção do lucro do negócio.
- (B) Declarada a nulidade da contratação por falta de licitação, deve a floricultura contratada restituir ao Poder Público todos os valores que recebeu em razão do contrato.
- (C) Tratava-se, na verdade, de hipótese de dispensa de licitação, em razão de que o valor do contrato é inferior a 10% do limite previsto para a tomada de preços na contratação de serviços diversos pelo Poder Público.
- (D) A inexigibilidade de licitação é justificável, tendo em vista a preferência do Prefeito atual por produto cujo fornecimento só se dá por uma única empresa no Brasil, o que inviabiliza a competição.

29. O Prefeito Jorge fraudou licitação pela modalidade concorrência adulterando o conteúdo das propostas de forma a que a empreiteira de seu amigo João vencesse o certame. Em razão da adulteração do processo licitatório, o Prefeito recebeu 3% do valor do contrato a título de propina. O contrato vigorou até o término do mandato do Prefeito, que ocorreu em 31 de dezembro de 2011. Em 01 de abril de 2012, as irregularidades foram descobertas pelo Ministério Público local, contudo o promotor, à época, em razão do temor do poder político do Prefeito, não deu andamento à denúncia. Em janeiro de 2016, Jorge foi eleito prefeito novamente, iniciando novo mandato, após quatro anos afastado do Paço Municipal. Em janeiro de 2017, foi designado novo promotor para atuar na cidade. Ao tomar conhecimento da denúncia estagnada em seu gabinete, propôs imediatamente Ação Civil Pública. Com base nos fatos ora narrados, assinale a alternativa correta.

- (A) No caso, tanto a pretensão punitiva quanto a pretensão de ressarcimento de danos ao erário estão prescritas, tendo em vista que não há pretensão imprescritível quanto aos atos de improbidade.
- (B) A prescrição da pretensão punitiva para levar a efeito as sanções previstas na Lei nº 8.429/92 não se consumou, tendo em vista que a eleição de Jorge para novo mandato, mesmo com um interregno em relação ao mandato anterior, interrompe o prazo prescricional, que só voltaria a correr no final do segundo mandato. Com relação a João, contudo, a prescrição se consumou, visto ter transcorrido mais de cinco anos do fim do contrato.
- (C) É possível que o Ministério Público maneje Ação Civil Pública apenas contra o sócio da empreiteira, Sr. João, independentemente da inclusão do Prefeito Jorge no polo passivo da demanda, visto que somente contra aquele a prescrição se consumou, já que, inexistindo previsão de prazo prescricional contra os contratantes com o poder público em caso de fraude à licitação, aplica-se a regra geral do Código Civil, que é de 10 anos.

(D) No caso, ocorreu a prescrição da pretensão punitiva para levar a efeito as sanções previstas na Lei nº 8.429/1992 com relação tanto ao Prefeito Jorge quanto a João, tendo em vista que o prazo quinquenal previsto nessa lei tem como termo inicial o término do mandato e que somente a reeleição de Jorge seria apta a interrompê-lo. A pretensão de ressarcimento ao erário, contudo não foi fulminada pela prescrição.

30. Sobre os atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- (A) O agente pode sempre transferir atribuições a outros agentes ou chamar a si atribuições de outros agentes, sem qualquer limitação legal.
- (B) Os motivos apresentados pelo agente como justificativas do ato administrativo associam-se à eficácia do ato e se vinculam ao próprio agente e a outros da administração pública.
- (C) O ato administrativo perfeito é aquele que cumpre todas as etapas de sua formação, conforme os elementos de sua base formativa, quais sejam: agente, objeto e forma.
- (D) O ordenamento jurídico brasileiro não admite o ato de governo.